



---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
GONÇALO**

---

**ATOS DO PREFEITO**

---

**LEI N.º 1217/2021**

**ALTERA OS ARTIGOS 44 E 45 DA LEI MUNICIPAL N.º 009, DE 19 DE JANEIRO DE 2006, QUE INSTITUI A ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA DO RPPS MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO aprovou e EU sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º.** Ficam alterados os artigos 44 e 45 da Lei Municipal n.º 009, de 19 de janeiro de 2006, fixando novas alíquotas de contribuição previdenciária dos segurados ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao Regime de Próprio de Previdência Social do Município de São Gonçalo, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n.º 103, de 12 novembro de 2019, que passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 44.** São fontes de custeio do Regime de Previdência Municipal as receitas advindas das contribuições apuradas entre os servidores públicos ativos e inativos vinculados ao regime de previdência social de que trata esta Lei, bem como aos seus pensionistas, na alíquota de 14 % (catorze por cento), incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição do servidor ativo ou do benefício do inativo ou pensionista, na forma do art. 46 da presente Lei, como também sobre a gratificação natalina ou abono anual.”

**“Art. 45.** O Município de São Gonçalo e as entidades da Administração Indireta a ele vinculadas, patrocinadores do Regime de Previdência de que trata esta Lei, contribuirão para seu custeio na alíquota de 14% (catorze por cento), também incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos ou benefícios dos inativos ou pensionistas, estes na forma do art. 46 deste diploma legal, mensalmente, inclusive sobre a gratificação natalina ou abono anual.”

**Art. 2º.** Ficam revogadas as alíneas “e” e “f” do Inciso I, e a alínea “b” do inciso II, todas do art. 8º da Lei Municipal n.º 009, de 19 de janeiro de 2006.

**Art. 3º.** O auxílio-doença, o salário-maternidade e o auxílio-reclusão, benefícios estes tratados nos arts. 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33 e 34 da Lei Municipal n.º 009, de 19 de janeiro de 2006, serão pagos, aos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social que trata esta lei, pelo Município de São Gonçalo e por suas entidades da Administração Indireta, respeitada a relação jurídico-administrativa.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor:

I – no primeiro dia do quarto mês subsequente ao mês de sua publicação, quanto ao disposto no art. 1º;

II – nos demais casos, no dia de sua publicação.

São Gonçalo, 19 de fevereiro de 2021.

**NELSON RUAS DOS SANTOS**

**Prefeito**

---